

## **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um Texto em Questão**

*Marilicia de Menezes Rodrigues\**

A análise da extensão universitária no Brasil só pode ser elucidada pelo processo político, econômico e cultural, inserido na conjuntura histórica. Significa desvendar a posição da extensão no campo educacional, de acordo com a estratégia política do Governo. A extensão constitui um fenômeno isolado, como também estão isolados os outros setores da sociedade. Objetiva-se tentar reuni-los, a fim de clarear a estrutura social que irá elucidar a educação com seus problemas reais e contidos neles a extensão.

Tentando esboçar um quadro que mostre uma articulação com o contexto histórico-concreto, isto é, de acordo com a forma com que a extensão vem se manifestando no seio da organização social, apresentamos as principais tendências ocorridas, esquematicamente. A periodização assume a seguinte configuração: até 1930, fase da economia agrária; de 1930 à 1964, fase de divulgação dos valores, ideais e concepção da nova ordem econômica- industrialização; período pós 64-68, prestação de serviços assistenciais; pós 68 e anos 80, fase da autonomia e democratização - o capital estrangeiro; 1987, criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

---

\* Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia.

## **Extensão Universitária: dilemas e perspectivas na trajetória histórica**

A idéia de extensão universitária surgiu na Inglaterra em função das necessidades advindas com a Revolução Industrial. Nasce no século XIX, no país berço do capitalismo, momento em que a Universidade é conclamada a diversificar sua atuação em razão de novos direcionamentos da sociedade.

Embora a característica do modelo inglês de universidade se voltasse para a formação das elites, destinadas aos cargos governamentais, havia uma preocupação com a formação de técnicos especializados. Daí surge a necessidade de considerar a extensão uma forma de levar informações através de cursos<sup>1</sup> às camadas menos privilegiadas.

A primeira experiência de extensão universitária foi no final do século passado. Pouco a pouco, foi sendo disseminada em outras instituições européias e, em seguida, pelas norte-americanas.

A universidade americana, de tendência inglesa, estruturou-se mais democraticamente e sua preocupação básica centrava-se na alfabetização.

Nos Estados Unidos, refletia-se a economia dual agro-exportadora e escravista no sul e, no leste, colonos livres e organizados, com tendências à auto-suficiência econômica. O sul, de organização mais igualitária, voltou-se para a criação de instituições.

Dessa forma, as atividades de extensão nas universidades americanas se expandem a partir da criação de centros de educação

---

<sup>1</sup>Os cursos eram noturnos e dominicais, ligados à profissão e à alfabetização e oferecidos no horário de trabalho. In: GURGEL, Roberto Mauro. *op. cit.*, p. 32/3.

superior em zonas rurais. Foi criado o Trabalho Cooperativo de Extensão Agrícola para difundir informações técnicas tanto agrícolas quanto de economia doméstica.

Essas considerações pretendem evidenciar que a extensão desenvolvida no Brasil, no século XX, foi influenciada por essas duas linhas: da Europa e dos Estados Unidos. Da primeira, o modelo dos cursos direcionados para as camadas populares, via universidades populares<sup>2</sup>; da segunda, a vinculação das atividades de desenvolvimento de comunidades através da prestação de serviços.

Ora, nessas duas linhas, a extensão sempre está atrelada ao jogo das forças políticas presentes em cada momento histórico. Seu papel é condicionado ao papel da Universidade. Tal constatação leva à visão de extensão: buscar a hegemonia de uma nova concepção de mundo, de homem e de sociedade.

### **A Extensão como função de reprodução ideológica: período de 1930-1964**

As primeiras atividades extensionistas nas Universidades Brasileiras aconteceram no início deste século, quando foram estabelecidos os primeiros delineamentos de uma política educacional estatal. Esta política, fruto do fortalecimento do Estado sob a forma de sociedade política, até então era feita quase que exclusivamente no âmbito da sociedade civil, fortemente centrada na Igreja<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>Universidades Populares surgiram na Europa no século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos ao povo, tendo assumido uma grande importância na Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. GURGEL, Roberto Mauro. *op. cit.*, 1986. p. 31.

<sup>3</sup>FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 3. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980, p. 44/7.

Isto significa que o projeto histórico, delineado a partir de 30, sofre freqüentes movimentos de expansão e retração, em consequência das ambigüidades das instituições implantadas após esse período, tanto no campo da sociedade civil, quanto na sociedade política.

Assim, entende-se porque até 1930, as necessidades do país de tradição agro-exportadora comportaram um tipo de educação voltado exclusivamente para o atendimento dos interesses oligárquicos, destinados à reprodução dos quadros burocráticos e administrativos. Percebe-se aí, a ausência de interesses das camadas populares nas transformações político-econômicas e na definição de políticas sociais e, em especial, das políticas educacionais.

Uma rápida incursão pela educação no decorrer das últimas décadas se faz necessária para situar o momento em que a extensão apareceu como preocupação da Universidade e a razão do seu aparecimento. Essa busca procura inicialmente, determinar a ordem política, econômica e social cuja transformação rápida exigia mudanças também nos setores científico, cultural e moral.

Torna-se indispensável esclarecer alguns aspectos fundamentais que situam as mudanças na sociedade brasileira com a Revolução de 30, por ser esta, o marco da superação das crises políticas e econômicas na sociedade a partir da década de 20.

Tais crises são consequências dos reflexos internos de uma crise externa, originária da Revolução Russa, dos movimentos operários na Europa e a crise econômica mundial, que concorreram para fortalecer as condições asseguradoras de um desenvolvimento econômico independente dos fatores externos.

Compreende-se, a partir daí, que esses grupos identificavam na estrutura social e econômica do país, as interferências para a realização de um plano de desenvolvimento progressivo, coerente e integrado. E

assim, fosse possível conseguir, a partir da interdependência da economia externa, uma participação efetiva do Brasil no contexto do desenvolvimento mundial.

Fica claro, porém, que a economia de padrão agro-exportador não comportava um nível de interdependência, pois já estava ligada ao mercado externo, no que se refere à colocação de sua produção e na obtenção das divisas necessárias à importação de bens de consumo.

No entanto, o Brasil não consegue entrar nessa área de interdependência, pois, se de um lado, a crise mundial afetava a comercialização e a produção, por outro lado, a exigência fundamental para a entrada nesse progresso é a implementação de uma economia voltada para a industrialização.

Dessa forma, o movimento revolucionário da década de 30 reflete a crise econômica que acaba por eclodir numa crise política: o eixo hegemônico do grupo no poder para os grupos que defendiam o projeto de desenvolvimento industrial.

Nesse contexto de discussões, de rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais, a pressão dos acontecimentos levou o conjunto das forças sociais a tomar consciência dos problemas. Os grupos controladores do poder viram-se forçados a modificar, redimensionar e integrar os órgãos existentes, e a criar outros. Os grupos políticos se conscientizaram da importância estratégica de uma política educacional que consolidasse as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais desencadeadas após trinta. Entretanto, essa conscientização levou o Estado a monitorar o processo educacional, submetendo-o a seu controle direto.

Esboçada como portadora de um domínio próprio, a política educacional no pós-30 tinha um importante papel a cumprir no interior da sociedade. Do ponto de vista de intervenção na realidade, constituiu-

se em um processo social que se materializou nos dispositivos educacionais, nas leis e decretos<sup>4</sup>.

Assim, dentre as mudanças ocorridas nas transformações político-econômicas da sociedade, em consequência do desenvolvimento de um processo conciliatório (em vez de revolucionário), tem no Estado o principal ator conciliador. Há o fortalecimento da sociedade política e de seus aparelhos ideológicos, em detrimento da sociedade civil. Dessa forma, a luta pela hegemonia no sentido de construção das forças de gerência para o conjunto da sociedade se altera, como se altera também a articulação entre os intelectuais orgânicos e as classes sociais.

Outra expressão de fragilidade da sociedade civil do período pode ser vista na representação de isolamento dos grupos sociais nos processos políticos. Trabalhados ideologicamente, foram incluídos na posição de subordinação aos blocos do poder. Isto foi possível via, essencialmente, mecanismos de cooptação dos segmentos médios e, em especial, dos intelectuais. Aparece aqui o novo modo autoritário- o favor, percebido na forma paternalista, de dependência pessoal.

O processo de cooptação mais significativo não se dá apenas no nível da subserviência às classes dirigentes. O principal efeito da cooptação incide na indução, consciente ou inconsciente, de participação na opção por articulações culturais ditas neutras.

Sob o ponto de vista da cooptação dos intelectuais a serviço da classe dirigente, entende-se por que as primeiras manifestações da extensão foram direcionadas para cursos, palestras, conferências, considerando que tais formas de relação com a maioria da população não levava em conta as suas aspirações e necessidades.

---

<sup>4</sup>Dispositivos educacionais- diretrizes para a elaboração de um projeto de educação. Leis e Decretos- criação de órgãos superiores com expansão das redes de Ensino a fim de introduzir as reformas educacionais, currículos, programas e metodologias.

A Universidade de São Paulo, inaugurada em 1934, foi a primeira instituição a oferecer cursos de extensão, através da Universidade Popular, buscando redimensionar a mentalidade educacional das elites brasileiras.

A partir dos princípios da Escola Nova, há necessidade de se criar uma educação ativa que levasse a uma nova prática. Dessa forma, surgiu em 1926 a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, visando à prestação de serviços comunitários rurais.

Em 29, então, sistematiza-se a primeira experiência de extensão com o evento Primeira Semana de Educação Rural.

A extensão é efetivada através de cursos, conferências, palestras etc. A pretensão que se tinha com essas atividades era o relacionamento entre agentes da Universidade e Comunidade.

As experiências surgidas até a década de 30 estão voltadas aos interesses ideológicos das classes do poder. Em 1926, já é possível antever um direcionamento da Universidade para as camadas populares, através do papel de divulgação das ciências ao alcance do povo. E assim, tem origem a extensão como uma das funções da Universidade.

Esse papel, porém, de divulgadora de pesquisa científica jamais foi voltado às classes populares, pois estas não tinham acesso ao ensino superior e nem força política para conseguirem que seus problemas reais constituíssem objeto de pesquisa. Nessa visão, torna-se claro que a extensão não passava dos muros da Universidade, tendo em vista, o conteúdo dos cursos, palestras etc. Tal enfoque mostrava que os interesses da maioria da sociedade não eram considerados.

Pode-se dizer que o conflito entre a nova burguesia e a velha oligarquia rural expõe em risco o novo projeto de desenvolvimento. Isto faz com que, a fim de evitar que os interesses marchem para a radicalização, uma vez que a economia continua profundamente

dependente do setor agrário e o desenvolvimento industrial não conta com recursos suficientes (capital), o Estado é levado a conceder uma série de privilégios de proteção ao setor industrial.

Ao Estado, cabe o papel de assegurar a harmonia social, isto é, controlar as instituições. Aí, várias medidas são tomadas no campo da educação.

Nesse contexto, surge a Reforma Francisco Campos, em 1931. Há, dois aspectos a considerar: primeiro, a elaboração do Estatuto da Universidade Brasileira; segundo, a organização do ensino superior, de forma a estender suas atividades, através da extensão àqueles que estão fora da Universidade (Decreto nº 19.851/31). O documento admitia duas formas de organização do ensino superior: a Universidade, forma própria desse ensino, e o instituto isolado”.<sup>5</sup>

Ainda o decreto quando se refere à organização didática e, especificamente, à realização de cursos nos institutos de ensino profissional superior, refere-se aos cursos de extensão: “cursos de extensão destinados a propagar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos isolados”<sup>6</sup>

A extensão<sup>7</sup> seria o ponto de contato entre Universidade e Sociedade, cujo objetivo nada mais era que introjetar os valores, as idéias e as concepções da nova ordem que se instalava.

Na prática, porém, o que se tem notícia, através de documentos da época, é que a extensão se destinava àqueles que possuíam curso superior: jornalistas, advogados, médicos, magistrados. As

---

<sup>5</sup>CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade Temporã: O ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p.260/1.

<sup>6</sup>BRASIL. Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.

<sup>7</sup>Deve-se lembrar que, por essa ótica industrial, a extensão é o eixo pelo qual se daria o consenso, o convencimento e essa imposição se dava através da legislação educacional determinada.



atividades de extensão eram estendidas às classes dirigentes. Esta era, portanto, a sua função.

Nesse sentido, as reformas ocorridas na educação nos últimos anos procuraram ajustá-la às exigências sociais. Criaram-se escolas profissionais, escolas vocacionais, expandiram o ensino superior.

Entretanto, apesar dessas providências consideradas necessárias às novas relações sociais, ainda se conservou a divisão nos tipos de escolas. A divisão social se reproduziu na escola, pois, uma se destinava ao atendimento das classes dirigentes e outra, para as classes dirigidas, isto é, uma para o bacharelado e outra para formação dos trabalhadores. Nem a Lei de Diretrizes e Bases que determinava a equivalência dos cursos mudou essa direção.

Para explicitar de forma mais clara a função determinada para a extensão universitária, torna-se necessário retomar o projeto de desenvolvimento econômico.

O Estado assume a tarefa de dar as condições de implementação do projeto através de ações relacionadas ao planejamento e à prática.

Nesse contexto, encontra-se o eixo para compreender o tipo de ligação entre os instrumentos necessários ao sucesso do projeto. O Estado assume a função de reproduzir as condições de existência do trabalhador, significando o aperfeiçoamento das ferramentas de produção.

Torna-se mais fácil compreender por este caminho que é pelo aperfeiçoamento da força de trabalho (política de saúde, educação, previdência, bem-estar social) que se insere o projeto educacional.

Um exame mais detalhado mostra uma especificidade nesse novo programa de educação. Se a tarefa da educação era o atendimento às camadas sociais do poder ou de reprodução ideológica, agora assume a função de estruturar-se nas ações propostas no planejamento da sociedade, ou seja, no projeto de desenvolvimento.

Dessa forma, a educação tem um caráter político. Tanto o discurso, quanto as práticas educacionais são derivadas do discurso econômico. A meta da educação em seus vários níveis: aumento da produtividade; preparação de recursos humanos; ação no nível das consciências; difusão da ideologia social do bem-estar e, ainda, a formação dos recursos humanos futuros, determinados pelo projeto de desenvolvimento.

É essa a nova perspectiva que permite compreender a reorganização do projeto educacional pós-64, articulado ao projeto de desenvolvimento nacional de uma força radical em comparação à postura tímida do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, anos 50, que estabelece a importância da educação na formação de técnicos.

Assim, as atividades de extensão no período de 60 a 64 aparecem como participação de estudantes nas campanhas de alfabetização de adultos, Movimentos de Cultura Popular e nos centros Populares de Cultura.

### **A Extensão vista como prestação de serviços assistenciais: período 64-68**

Explicitado na exposição do período anterior às reformas educacionais, consequência da reorganização do Estado e os motivos que levaram à reforma de 64 pode-se constatar, como já foi dito, que o projeto fundamental dessa nova estruturação é o Ensino Superior. Pode-se compreender que:

as políticas educacionais inauguradas em 1964 ganharam uma efetividade sem precedentes a partir de 1968. A lei da reforma universitária foi sancionada em novembro de 1968. no mês seguinte

foi baixado o AI-5 e em fevereiro de 1969 o 477. Essa legislação marcou o início de um período em que o governo federal passou a definir, cada vez mais, os tipos e as qualidades do ensino em todos os níveis, utilizando-se para isso não só a legislação, mas também as portarias, pareceres, planos e outros mecanismos administrativos, inclusive policiais.<sup>8</sup>

Dessa forma, em 68, reforma-se o 3º grau e, em 1971, o 1º e o 2º graus.

Definem-se os objetivos da educação: capacitação técnica dos trabalhadores e da produtividade<sup>9</sup>; o atendimento aos anseios individuais; às carências sociais e aos objetivos nacionais.

Nessa perspectiva, percebe-se que os tecnocratas ocupantes dos postos de decisão a nível de Estado, cumprem a função de colocar na prática esses objetivos.

Diante disso, a garantia para preservar os interesses dos que dominam põe em ação os sistemas de controle. As instituições da sociedade civil não participam efetivamente da formulação e controle do processo. Não há interesses de classes, de grupos: só a racionalização

---

<sup>8</sup>In: PAOLI, Njuvenius J. O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa: elementos para uma discussão. **Cadernos CEDES**, 1988, p. 30.

<sup>9</sup>O conceito de produtividade vem sendo amplamente usado na indústria e serve para medir e quantificar a produção. Significa, portanto, a faculdade que uma determinada empresa tem para produzir um produto de forma eficiente e rentável. De acordo com Weil, *et alli.* (1979), existe nas empresas dois modos de acompanhamento do fluxo produtivo: via controle de qualidade e controle da produção. O primeiro tem o sentido de verificar e o segundo relaciona-se à necessidade de eficiência, de produtividade. In: **Manual de administração da produção**. Rio de Janeiro, FJV, 1979.

Comparando a produção acadêmica com as produções das empresas, percebe-se uma afinidade ideológica entre os processos voltados à produção industrial e aqueles destinados à produção acadêmica nas universidades, isto, sob a ótica da produtividade empresarial. De outro lado, o conceito de qualidade, empregado à universidade é muito complexo. Implica em verificar a interferência dos órgãos burocráticos da universidade e do governo, no momento do gerenciamento, do funcionamento da universidade (recursos materiais, financeiros e humanos). De outro lado, o controle da produção acadêmica estaria vinculado ao controle quantitativo daquilo que, individual ou coletivamente a universidade produziu. Uma maior contribuição sobre controle de qualidade na educação pode ser visto em Wagner Rossi, no livro *Capitalismo e Educação*, p. 13.

técnica. Isso significa que os cursos e currículos são implementados a partir dos objetivos do projeto: o eixo é o mercado de trabalho.

Entretanto, já se buscava essa reorientação da educação brasileira atrelada ao projeto de desenvolvimento, antes de 64, a partir das conferências de Punta del Este em 61; na Conferência de Santiago do Chile em 61; nas reuniões de Bogotá e Lima de 62 a 63.

Considerando que essa nova ordem educacional constituía uma necessidade para os países latino-americanos se pode ver nos relatórios das conferências, reuniões, que a idéia básica de educação foi o desenvolvimento econômico e social. Inclusive as campanhas para educação de adultos voltavam-se para as necessidades do desenvolvimento social, cultural e econômico dos países membros da Aliança para o Progresso.

Dessa forma, os objetivos propostos para a reforma do Ensino Superior<sup>10</sup> e de 1º e 2º graus estão plenamente contidos nos relatórios Atcon e MEC-USAID.

Assim, o eixo da educação é o capital, tanto físico, quanto social e humano.

Para a preparação de técnicos especializados, o caminho a ser percorrido incluía desde a formação até a especialização.

---

<sup>10</sup>A reforma do ensino superior de 1968 foi marcada intensamente por duas modalidades de avaliação impostas por um regime autoritário que, ao contrário da sociedade civil (preocupada criticamente com a modernização e com o desenvolvimento do país) preconizava que a modernização ficasse subordinada ao controle do capital internacional. Estas avaliações da educação superior foram consubstanciadas nos planos: Plano Atcon e Relatório Meira Matos. O primeiro abarcou o período de 64-67 e apresentou duas dimensões. Uma funda-se no modelo empresarial e a outra acenou autonomia e independência para o sistema. No entanto, ambas encaminhavam para um modelo de educação tecnocrática. O segundo, além de basear-se nos modelos americanos de universidade, apontava uma avaliação de 12 instituições universitárias brasileiras para “identificar o que havia acontecido de novo nessas instituições nos últimos anos, e que pudesse ser útil para a aceleração do processo de transformação do ensino superior no país, rumo à modernização, segundo paradigmas norte-americanos de então de racionalidade institucional”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. *Autonomia universitária: mudanças e desafios*. **Cadernos CEDES**, no 22, São Paulo : Cortez, 1988, p. 95 *op. cit.*, 1986, p. 35.

Assim, o Estado assumiu toda essa formação. E o Ensino Superior, merece atenção especial na preparação da mão-de-obra. Por isso, procedeu-se à reforma Universitária em 68, e, apenas em 71 a reforma do 1º e 2º graus.

Uma nova finalidade para a extensão universitária é estabelecida na Lei 5.540/68, passando a ter um caráter assistencialista. É o que propõe o artigo 40 da Lei:

As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, propiciarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento.<sup>11</sup>

Segundo Gurgel (1986), Paulo Freire advertiu sobre o perigo de a extensão se transformar em instrumento de imposição cultural e que sua função deveria ser comunicação entre a Universidade e a Comunidade.

Algumas experiências de extensão, a partir de 70, mostram que, através das atividades dos professores e estudantes, foi possível iniciar um processo de comunicação com as classes subalternas.

---

<sup>11</sup>GURGEL, R. A reforma do ensino superior de 1968 foi marcada intensamente por duas modalidades de avaliação impostas por um regime autoritário que, ao contrário da sociedade civil (preocupada criticamente com a modernização e com o desenvolvimento do país) preconizava que a modernização ficasse subordinada ao controle do capital internacional. Estas avaliações da educação superior foram consubstanciadas nos planos: Plano Atcon e Relatório Meira Matos. O primeiro abarcou o período de 64-67 e apresentou duas dimensões. Uma funda-se no modelo empresarial e a outra acenou autonomia e independência para o sistema. No entanto, ambas encaminhavam para um modelo de educação tecnocrática. O segundo, além de basear-se nos modelos americanos de universidade, apontava uma avaliação de 12 instituições universitárias brasileiras para “identificar o que havia acontecido de novo nessas instituições nos últimos anos, e que pudesse ser útil para a aceleração do processo de transformação do ensino superior no país, rumo à modernização, segundo paradigmas norte-americanos de então de racionalidade institucional”. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. Autonomia universitária: mudanças e desafios. **Cadernos CEDES**, nº 22, São Paulo : Cortez, 1988, p. 95. GURGEL, R oberto Mauro.

Entre essas experiências estão o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária da Universidade do Rio Grande do Norte (CRUTAC-RN); o Projeto Morris Azimov, convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a USAID, em 1962; Universidade Volante do Paraná; Projeto Rondon, e outros. Essas experiências apontam para uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social, portanto, objetivando um atendimento à na burguesia dirigente, e assim o projeto educacional também se apresenta atendendo a essas mesmas exigências.

Dessa forma, a finalidade é o crescimento do capital. O desenvolvimento social, portanto, é consequência do desenvolvimento do capital, se bem que sua expressão é limitada. É o excedente da acumulação que vai para o social.

Através desse princípio, pode-se perceber que o capital é primordial. A educação não constitui promoção, nem ascensão individual. Ela é fator de concentração de riquezas, hierarquização do trabalho, divisão social. É apenas extensão do processo produtivo industrial.

A questão fundamental é a integração do Ensino Superior ao projeto de desenvolvimento. A educação deve ser considerada como fator de promoção do bem individual e do bem comum. Nesse sentido, a Universidade deve ser o agente para a concretização desse plano. Entretanto, não é sua função analisar, discutir e propor o plano. Ela é o agente e sua atuação de ator e não de autor.

Torna-se claro, aqui, que o papel da Universidade como eixo de desenvolvimento tem por missão o que a comunidade determina. Essa comunidade faz parte da instituição que a mantém, que lhe dá recursos necessários à sua existência legal: o Estado.

Mais uma vez a definição prática da extensão está na idéia de comunicação com a sociedade, segundo o compromisso didático da extensão registrado no plano elaborado pelo MEC e CRUB:

...cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica.<sup>12</sup>

Entretanto, a Extensão Universitária, enquanto função e as suas atividades perdem espaço a partir de 1979.

Isso porque, nesse período, a ditadura entra em decadência e o governo, não tem mais interesse em organizar e coordenar os projetos de extensão de maior impacto: Pólo Centro, Polo Nordeste e Polo Amazônia. Diante disso, as atenções do Governo se voltam para as questões dos estágios curriculares junto às comunidades: PRONASEC e PRODASEC; Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas e Rurais.

É necessário ressaltar que esses programas foram de curta duração, tendo em vista a mudança do governo e, conseqüentemente, a reforma interna do MEC que não se refere à extensão.

## **Democracia e Autonomia: anos 80**

Na década de oitenta, em plena crise econômica, percebe-se no plano educacional conflitos entre o poder burocrático do Estado e as organizações da sociedade civil.

Até então, o Estado brasileiro fez dos interesses econômicos prioridade fundamental no universo de suas políticas. O Estado deveria assumir o papel de dirigente da reprodução do capital, apenas ele seria capaz de expressar e realizar o desejo de toda a nação.

---

<sup>12</sup>BRASIL/MEC/DAU. **Plano de trabalho de extensão universitária**. Brasília, 1975. p. 1.

Desta forma, a vontade do Estado deveria ser assumida pela sociedade.

Não havia lugar para a ação política, não havia possibilidade de expressão das contradições de oposição universitária, sindical, estudantil.

O discurso e a prática eram cada vez mais radicais e assim ocorreu a exclusão das camadas mais amplas da sociedade. As instituições passaram a reproduzir, na prática, o discurso do poder centralizado.

As instituições se inseriram neste tipo de reprodução. Estados e Municípios acabaram por reproduzir as mesmas ações da política nacional, privilégios especiais para o desenvolvimento das empresas de produção, tanto nacionais quanto estrangeiras. Nesse sentido, o poder político não se constituiu em instrumento capaz de solucionar os problemas existentes e desencadeou o crescimento da resistência à política oficial pública. Daí surgiram as organizações de associações, de funcionários públicos e privados, organizações sociais, igreja, movimentos eclesiais de base, partidos políticos de oposição.

Essas organizações ganharam um espaço tal que se tornaram instrumentos de negociação política. De início, a pressão popular foi a nível dos municípios que se preocuparam em organizar suas atividades prioritárias. Começaram a abandonar as determinações da política nacional e incentivar a política social, procurando direcionar suas ações para a resolução dos problemas básicos.

Dessa forma, novas políticas foram ativadas: habitacionais, bem-estar social, segurança e educação. Daí se pode perceber um novo direcionamento da sociedade, concretizado na eleição de 82.

Vários estados do país, entre eles, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, buscaram iniciativas no campo da democratização interna da escola, na ênfase à qualidade da educação, na expansão de oferta educacionais, no debate sobre a função da escola.



Com o enfraquecimento da ditadura, o Governo Central cria uma nova estratégia que propõe a democratização, uma abertura segura e tutelada.

Com as críticas à educação no final dos anos 70, começam a ser criadas as associações. Dentre elas, destacam-se a consolidação da Associação de Docentes do Ensino Superior (ANDES); Associação de Servidores das Universidades Brasileiras; ressurgem a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Para sustentar a defesa da Universidade e garantir a sua autonomia<sup>13</sup>, o I Encontro Nacional de Associações de Docentes (AD's), visou à elaboração de um projeto de educação cujos temas foram: autonomia universitária, político-acadêmica-científica, ensino e pesquisa, política pessoal. Daí surge um documento que foi amplamente apresentado e discutido na Reunião Anual da SBPC, em Fortaleza.

Aqui é necessário retomar a questão da extensão para, posteriormente, analisar esse período das AD's.

Apesar dos debates em torno da reestruturação do ensino superior, governo, movimento docente e dirigentes universitários, a representação do CRUB, a extensão ainda não constituía um tema prioritário, no início dos anos oitenta. Isto se explica na medida em que a Universidade, inserida no bojo da crise de hegemonia mais ampla,

---

<sup>13</sup>O questionamento em torno da autonomia irá ser retomado em 1989, e, do ponto de vista da ANDES é uma questão antiga, e a sua delimitação tem sido feita pelo governo de forma oportunista, para se eximir de sua responsabilidade nacional em relação ao ensino superior. A posição dos Docentes de Ensino Superior sobre a autonomia foi amplamente discutida no XX CONAD, realizado em Belém, em 1989. A posição dos docentes está registrada no documento final: "Autonomia e Avaliação, s/d. (mimeo.)

Também o Conselho de Reitores mostra que "a história da Universidade tem sido, assim, uma luta constante, para afirmar sua liberdade e autonomia em face das freqüentes investidas do poder político desejoso de conformá-la à ideologia dominante ou transformá-la em dócil instrumento a seu serviço". In: CRUB, Proposta: a autonomia universitária como principal dimensão da avaliação institucional da universidade. **Estudos e Debates**, nº 3, 1987, p. 117.

encontrava-se impedida de se valer da extensão, enquanto instrumento ideológico de fortalecimento de um poder já por demais desacreditado.

Com o movimento de redemocratização, discussão em torno da autonomia universitária e sua inserção no social, reaparecem debates em torno da extensão, especialmente vindos do Movimento Docente Organizado e do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB).

Essa questão ganha espaços de discussões cada vez mais crescentes no final dos anos oitenta.

Nessa década assiste-se o debate coletivo observando-se um movimento de mobilização nacional voltado à abertura política e da organização da sociedade civil. Resgata-se assim a questão e o próprio conceito de cidadania, devendo ser entendido em sentido amplo.

Naquele momento de discussões, a questão da autonomia atrelava-se a uma saída legalista em relação aos recursos financeiros e a aspectos administrativos. Isto ficou evidenciado no momento em que se discutia a autonomia e a crise institucional do ensino superior brasileiro<sup>14</sup>.

Isto levou o CRUB a propor que a intervenção ministerial, junto às Universidades, fosse substituída por uma supervisão a nível do ministério, caracterizando, desta forma, uma salvaguarda dos princípios norteadores de gerência das Universidades.

Na questão do compromisso social da Universidade, nessa década, o CRUB, aceitando ser tutelado pelo governo no que dizia

---

<sup>14</sup>Mais elementos sobre esta discussão estão contidos: In: CRUB. A autonomia universitária como especial dimensão da crise institucional da universidade brasileira. **Estudos e debates**. Brasília, n. 3, p. 75, 1980. Com relação à evidência de uma autonomia formal e legalista, o CRUB se apoiou na leitura do Parecer 76/62 do CFE, que afirma ser: "uma tarefa de jurista, de intérprete da lei, indicar os limites fixados pelo estatuto legal dentro dos quais as universidades podem exercer plenamente sua autonomia". In: SUCUPIRA, Newton. Amplitude e limites da autonomia universitária. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, Vol. XXXVII, n. 85, p. 74, jan./mar. 1962.

respeito à política educacional, integrou-se à percepção governamental, no sentido de ver a educação como fator de desenvolvimento e voltada à formação da mão-de-obra-qualificada ou semi-qualificada para o atendimento e favorecimento do desenvolvimento social.

Um novo modelo se impõe à Universidade, onde a tecnologia assume uma bandeira de frente para se fazer cumprir as propostas desenvolvimentistas. Através dessa subordinação, a Universidade retoma a extensão para viabilizar o seu compromisso com a comunidade, através de serviços por ela prestados e integrá-la às exigências do momento.

Para Fagundes (1986), enquanto crescia o movimento de redemocratização, ampliando-se em todos os segmentos, o CRUB, como tutor, se vê impelido a resolver o papel a ser desempenhado, a nível do MEC e do CFE, sobre qual deveria ser, naquele contexto, o compromisso da Universidade. Colocando-se como interlocutor do ministério e portavoz das Universidades, o CRUB assumiu uma posição dúbia neste processo: a autonomia percebida não somente do seu ponto de vista legal, mas também como pressuposto para que a Universidade se abrisse com a sociedade.

A visão de Universidade historicamente vista como instituição teórica, elitista, instrumento veiculador da ideologia dominante, é intensamente questionada pelos integrantes do CRUB. Daí, o surgimento da necessidade de uma transformação da universidade como agente de mudança e de transformação global da sociedade. Assim, seria necessário intensificar as discussões dentro da Universidade acerca dos problemas locais, regionais e nacionais, através da realização de debates, estudos interdisciplinares, pesquisas com participação estudantil, não com uma visão singular, mas pluralista.

Estas indicações acenam para um novo modo de perceber a Universidade. Significou apontar outros direcionamentos, recolocando

a construção do conhecimento, no sentido de contribuição para solucionar os problemas que acirravam as desigualdades sociais. Sinalizam, ainda, um avanço do legal, do consentido, para uma nova forma de tratamento da autonomia universitária, agora atrelada ao comprometimento com a sociedade, com as relações sociais e com as conformações de classe.

Portanto, exige-se um outro modelo de Universidade. E neste momento, redimensiona-se a extensão para que possa viabilizar a comunicação da Universidade com a sociedade. Como desdobramento dessa Universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da comunidade, através da prestação de serviços, a extensão, no discurso oficial passou a ser considerada como um mecanismo indispensável, em posição igual à do ensino e da pesquisa, porém, distintas.

Nessa nova situação de equivalência das funções, a sua indissociabilidade<sup>15</sup> ganha espaços no âmbito das discussões sobre o novo perfil de Universidade.

A questão assumida da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, redireciona as discussões de entendimento sobre o compromisso social da Universidade. Esta reflexão pressuporia destacar as formas alternativas de viabilização de uma sociedade democrática e do tipo de conhecimentos mais significativos e expressivos para a grande população, como forma de apresentar questões decisivas para a consolidação da nova Universidade.

---

<sup>15</sup>Definida a extensão como prestação de serviços e indissociável ao ensino e à pesquisa, na XXXVII Reunião Plenária do CRUB, o Presidente assim diz: "Sei que neste fórum de reitores, a afirmação não significa novidade. No entanto, considero essencial reafirmar que sem o desenvolvimento conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão não existe verdadeira universidade". In: LIMA, Diógenes da Cunha. Discurso de posse na presidência do CRUB. Santa Maria/RS, jan., 1982.

Se considerarmos que o CRUB, instalado em um regime militar, com objetivos de promover, dentre outras metas, a privatização, o direcionamento de linhas empresariais sob a égide do sistema capitalista de dominação, inferimos que suas ações conseguiram retratar atitudes que buscaram a construção de um modelo de Universidade que estivesse voltado aos anseios e aos problemas de um grande contingente marginalizado da sociedade brasileira. Portanto, o CRUB defendeu a construção de uma Universidade pública, gratuita, e coerente com os princípios da democracia. Por suas ações, percebe-se que o Conselho de Reitores avançou e impediu que os princípios ditatoriais fossem acirrados. De uma visão de Universidade que atendesse às necessidades capitalistas, redirecionou os seus caminhos e colocou-se, de modo efetivo, como o principal interlocutor para a redefinição de uma nova Universidade.

No bojo das propostas de redemocratização, de colocar a Universidade comprometida com a maioria da população, tornou-se necessário uma reconceituação da extensão, vista agora de forma indissociável com o ensino e à pesquisa. Atribui-se à extensão a função de viabilizadora da democratização e da autonomia da Universidade, passando a ser considerada como instrumento que veicula o saber produzido, e se torna, portanto, um veículo de democratização<sup>16</sup> da própria Universidade.

---

<sup>16</sup>Na visão de Wanderley, a democratização da universidade envolve três questões básicas:

a) democratização do acesso- englobando a universalização do ensino básico, o aperfeiçoamento do 2º grau, a melhoria do vestibular, e a formação adequada, nos cursos de educação de professores para o ensino de 1º e 2º graus;

b) democratização interna- englobando a escolha de dirigentes, processos de representação e de participação, informação e comunicação, responsabilidade individual e coletiva

c) democratização externa- englobando a extensão, a prestação de serviços, a participação da universidade no desenvolvimento, o controle social da sociedade sobre a universidade.

In: WANDERLEY, Luiz Eduardo. Democratização Universitária: o caso da PUC-São Paulo. **Educação Brasileira**, nº 16, 1º sem., 1986, p. 126.

Prestar serviços à comunidade e encontrar formas participativas da sociedade ter acesso ao que de fato a Universidade produz é uma das características da Universidade. A Universidade deve incluir “um programa de extensão integrado ao ensino e à pesquisa. Extensão em sentido amplo. Democratização do saber, divulgação em bom nível dos conhecimentos acumulados ou recentemente pesquisados. Abertura de suas portas para cursos e atividade não formais”<sup>17</sup>

O I Congresso Nacional, em 82, cuja ênfase principal do movimento docente estaria na Campanha nacional pelo ensino público e gratuito, enfatizava também um ensino não apenas dirigido à maioria, mas, principalmente, redimensionado por esta maioria. Postulava-se que a democratização não deveria se pautar na visão extensionista, tão enfaticamente tratada quando abordada a ligação Universidade-Comunidade.

O Movimento Docente definiu, desde o início, a sua concepção de extensão. A visão assistencialista, para o movimento, se desvincula radicalmente do ensino e da pesquisa. A prestação de serviços estava articulada ao tipo de instituição (se pública estatal ou não estatal, como são as confessionais, comunitárias e filantrópicas ou privadas), embora trazendo uma nítida articulação com as outras duas funções da Universidade. Com esta compreensão, o movimento inaugura uma nova concepção de extensão, vista dentro do processo global, que articula democratização e necessidades de ligação da Universidade com a comunidade.

---

<sup>17</sup>ROSA, Paulo. O processo de democratização nas instituições de ensino superior. **Educação Brasileira**, nº 16, 1º sem., 1986, p. 56.

Segundo Fávero( 1994), na reestruturação da Universidade em 68 e 85, propunha-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, enquanto que em 85, apesar de considerar a relação entre elas, deixa-se transparecer a preferência pela pesquisa.

Analisando alguns determinantes dessas reformas, assim se posiciona:

a) Em 1968, a preocupação foi com a dimensão quantitativa e produtiva: a de 85, preocupação com a contenção;

b) Em 1968, autonomia significou a luta pela liberdade de expressão, até da escolha de temas para investigação etc.; em 85, o compromisso era com a qualidade e produtividade;

c) Em relação à autonomia no que diz respeito aos aspectos acadêmicos, administrativos e financeiros, Fávero cita alguns princípios:

...caberá ao Poder Público responder pela manutenção e desenvolvimento das IES públicas, incluindo em seus orçamentos, sob a forma de dotações globais, recursos destinados a cada uma delas assegurando-lhes a oportuna transferência<sup>18</sup>.

Quanto ao aspecto acadêmico:

...a autonomia da Universidade será consolidada pela "liberdade efetiva de as Universidades decidirem o conteúdo de seus cursos, pesquisas e atividades de extensão. É proposto que os currículos mínimos, nas carreiras em que sejam indispensáveis, devam ser realmente mínimos, deixando-se às Universidade ampla margem de criação e inovação<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup>FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Vinte e cinco anos de Reforma Universitária. In: **Universidade no Mercosul**. São Paulo : Cortez, 1994, p. 167/8

<sup>19</sup>FÁVERO, Maria de Lourdes, *op. cit.*, p. 167.

Ainda sobre autonomia universitária, sua relação à estrutura de poder decisório e sua democratização:

...a prática de autonomia deve envolver a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade acadêmica, segundo os procedimentos fixados em seus estatutos e seus regimentos gerais [...]. A democratização será plenamente alcançada na medida em que a comunidade acadêmica, por meio dos seus três segmentos, tiver oportunidade de escolher seus dirigentes e representantes nos órgãos decisórios; de participar ativamente nos colegiados e nas atividades universitárias; de obter informações fidedignas; e de exercer a avaliação e o planejamento de suas atividades<sup>20</sup>.

Por sua vez, quanto a organização da estrutura das Universidades, a autora diz:

Para a comissão, “o próprio conceito de Universidade precisa ser alterado”, e a concessão de status universitário deve ser atribuído em função de “sua capacidade de autogestão acadêmica e administrativa, de existência de pesquisa e ensino de alto nível e de recursos técnicos, humanos e administrativos correspondentes<sup>21</sup>”.

Concluindo a análise, Fávero diz que os avanços que, porventura, ocorreram na questão da autonomia e democratização foram frutos do movimento docente e dos anos de luta da comunidade acadêmica universitária.

A Universidade voltada para os interesses da maioria da população e suas três funções (ensino, pesquisa e extensão) formam um

---

<sup>20</sup>*id.*, p. 167.

<sup>21</sup> *id.*, p. 168



todo indissociado, conseqüentemente apresenta uma forma de democratização do conhecimento. Dessa forma, a extensão é um instrumento de autonomia e de democratização do saber produzido. Assim, via extensão a Universidade estaria em condições de, a curto prazo, possibilitar a democratização de seu produto, ou seja, a construção do conhecimento.

Na pauta do V Conselho Nacional de Associações Docente (CONAD)<sup>22</sup> em 82, ficam claros os pontos críticos levantados pelos representantes das Universidades Federais e Universidades Particulares sobre a questão da extensão como prestação de serviços. Um grupo de contestadores, pertencentes às Universidades Privadas, considerou essa forma de entender a extensão uma maneira de justificar o subsídio público para a pesquisa e para a qualificação dos professores.

É preciso sublinhar aqui um ponto importante: esse entendimento partia das IES privadas que implicitamente entravam em concorrência pelos recursos que subsidiassem as mantenedoras e

---

<sup>1</sup>Realizado em junho de 1982 em Belo Horizonte, este Conselho aprovou a 1ª versão apresentada ao Ministério da Educação e Cultura, sobre a proposta de reestruturação da Universidade. Ainda em 1982, preocupada em discutir a questão da universidade, a ANDES, articulou-se com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Ordem dos Advogados do Brasil, (AOB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Estas entidades formaram um acordo de ação comum, no sentido de levar proposições sobre a reestruturação da Universidade Brasileira, com base nos seguintes princípios:

- 1- manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
- 2- autonomia e funcionamento democrático da Universidade com base em colegiados e cargos de direção coletivos;
- 3- estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual na Universidade;
- 4- dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
- 5- criação de condições para adequação da universidade à realidade brasileira;
- 6- garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas, princípios sobre os quais se estruturou a "Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira "In: **Cadernos ANDES**, nº 2, p. 5, 1996.

explicitamente reivindicavam financiamento a fundo perdido destinado à capacitação docente, e a projetos de pesquisa.

Isto está claro no ponto de vista da autonomia da iniciativa privada: ensino pago; fortalecimento do papel gerencial, legislador e fiscalizador; fase da privatização interna das Universidades Públicas e ênfase na capitalização de verbas públicas para Universidades Particulares.

Pelo exposto, percebe-se uma posição diferente sobre a extensão daquela concebida pelo CRUB (função inerente à Universidade), passando a ser entendida pela sua relevância social, independentemente se tratada na visão pública ou privada.

O movimento docente sempre defendeu uma Universidade que estivesse voltada aos interesses da maioria da população.

No entanto, a extensão se mostrou, às vezes, incapaz de concretizar esta política inovadora, pela razão de ser vista ora como outra função, ora integrada à prestação de serviços e, muitas vezes, totalmente delas separada.

Buscando precisar o que se entendia por extensão, a indefinição abriu espaços para uma compreensão enquanto espaço político-metodológico, processual, orgânico, ligada ao ensino e à pesquisa, e, voltada sempre para o compromisso com a transformação social.

Contudo, ainda permanecia separada entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o que pressuporia uma análise de que, para o momento em questão, a indissociabilidade se efetivaria pela redefinição de ensino e da pesquisa, a partir de uma perspectiva de trabalho social, condição essencial para a transformação da sociedade.

## **Nova República: fragmentação do projeto educacional**

Assim, até 85, continua inalterado o processo de democratização<sup>23</sup> política da sociedade civil, iniciado em 80, que alcançou seu ponto alto em 85 a 90, quando as novas forças emergentes exigiram o seu espaço a fim de preservar os interesses dos grupos populares.

No período chamado Nova República a nova proposta política que surge é bem diferenciada das propostas de 30 e 68, pois o esquema de composição alterou o grupo da oposição ao incluir nele representantes dos grupos conservadores, até então alinhados ao regime militar. Isso significa a exclusão da possibilidade de participação das forças populares na escolha do novo presidente da república.

Dessa forma, também foi ampliado significativamente o caráter conservador da transição para a democracia, pois a composição política do novo Estado resultou das pressões populares e de operações transformistas advindas do grupo de poder.

Tal composição impedia o governo de opor-se às pressões sociais. Por essa razão, e para se proteger dos grupos sociais organizados, cria comissões de técnicos e especialistas para as devidas reestruturações em todos os setores. A escolha dos membros que compunham essas comissões era da competência do próprio governo, tentando, desta forma, esvaziar a representatividade das entidades da sociedade civil.

No Ensino Superior, em especial na área da extensão universitária, surgem vários projetos de reestruturação. Para isso, a nível de governo, são criados a Comissão Nacional para Reformulação do

---

<sup>23</sup>Na perspectiva da defesa da democratização da universidade e da luta pela autonomia estão os trabalhos de: Vieira, 1991, Sarmento, 1991; Penteado, 1991; Candotti, 1993, os quais incorporam temáticas tais como: avaliação institucional, indissociabilidade ensino-pesquisa, relação público privado, carreira docente.

Ensino Superior, o Programa Nova Universidade e o Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior, e comissões de representantes docentes e dos dirigentes das instituições.

A partir daí, origina-se uma comissão, formada por representantes dos vários segmentos: docentes, rede particular, membros do governo que apresentam relatório baseado nos estudos realizados sobre a vida universitária e sua inadequação à realidade brasileira.

Várias sugestões aparecem nas propostas de reformulação. Dentre elas, a visão de modernidade da Universidade voltada para a pesquisa e para a avaliação do desempenho, condicionada à concessão de recursos financeiros, a extensão, como uma das atividades essenciais das instituições nessa nova concepção de sociedade moderna, cujo objetivo seria a capacidade de viabilizar o processo de transmissão do conhecimento.

Considerando a extensão, objeto deste estudo, o documento final acentua a necessidade do seu fortalecimento através de atividades junto à comunidade até então quase inexistentes. Dessa forma, percebe-se que a extensão passa a ter um caráter pedagógico quando se propõe à vinculação efetiva entre sociedade e ensino superior.

O documento acentua ainda a interligação entre o ensino e a pesquisa. E em relação à dimensão social, a difusão dos conhecimentos, a continuidade dos serviços oferecidos à população, a contínua ação recíproca entre a extensão, o ensino e a pesquisa.

Uma contradição nessa reforma da Nova República, pode ser vista quando pedagogos e políticos envolvidos no processo propõem incentivos ou forma de remuneração para os pesquisadores docentes e discentes envolvidos com a prestação de serviços. Pode-se perceber o surgimento da forma de sucateamento dos salários daqueles que se dedicavam apenas à atividade do ensino, o que possibilita uma compreensão mercantilista do trabalho acadêmico.

Nesse sentido, a extensão serviria de instrumento para se angariar recursos para a complementação de salários, não socializando, porém, os resultados de seu produto, nem agindo democraticamente.

O que se pretende, politicamente, na questão da dimensão da Universidade é uma forma de governo descomprometido das suas funções quanto à manutenção das IES, no que se refere a incentivos à pesquisa.

A forma de atendimento à comunidade se restringia ao desempenho das IES, condicionado a recursos financeiros, o que vem colocar novamente as discussões do início da década, sobre autonomia e compromisso social.

Dentre os pontos elaborados pela Comissão que constam do documento final, lembrando sua composição heterogênea, exigiu-se que as decisões assumidas fossem referendadas pelo voto dos participantes. Desta forma, a extensão pode ser votada por unanimidade dos votos e, como uma alternativa viabilizadora na transferência das atividades do ensino e da pesquisa.

Essa unanimidade na votação, revelou-se contraditória em termos de uma reflexão mais crítica, partindo do princípio de que, sendo a instituição universitária criada pelos grupos que dão direção à sociedade, por si só, subtende-se que já está comprometida com os seus interesses. Mesmo sendo a sociedade um conjunto de interesses conflitantes, caberia à Universidade trabalhar organicamente, de modo a não precisar se utilizar da extensão para escamotear o seu caráter elitista e classista. Esta forma de atendimento às parcelas da população viabilizando a participação em seus cursos e financiamento das suas pesquisas, já denotam a utilização do seu extensionismo.

Assim, a extensão se coloca de forma a suprir, além da desarticulação, a alienação da Universidade com a sociedade. A questão

social não se resolve através de medidas paliativas. Ela é muito mais profunda. A inexistência/ineficiência de políticas públicas que desconsideram os anseios e necessidades da maioria da população, representam, de modo claro e contundente, uma desarticulação da Universidade com a sociedade.

O plano elaborado em 85, pelo MEC, o Programa Nova Universidade (PNU)<sup>24</sup>, de apoio e fomento às ações da Universidade, teve como eixo central a aspiração da qualidade do ensino. Esta proposta, segundo alguns analistas parece ser uma forma de exigir das instituições a negociação de recursos, caso a caso, com a Secretaria de Educação Superior.

No programa, ainda insere-se a extensão como forma de projetar a Universidade na comunidade, via participação do ensino superior no processo social e na transformação de profissionais capacitados para atuar no processo de transformação social.

Percebe-se nas propostas desse programa que a Universidade seria de qualidade na medida do seu envolvimento com a comunidade, tendo em vista, porém, a formação de profissional-cidadão.

Neste projeto, a extensão ganhou importância ao contribuir para a elevação da qualidade do ensino de graduação, através da formação de profissionais competentes e envolvidos com a realidade. Assim, vincula-se de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, inserindo-se neles conforme as propostas do CRUB e do próprio governo.

---

<sup>24</sup>Este programa foi elaborado pelo MEC, via SESu (Secretaria de Educação Superior). Visto enquanto forma de agilização das ações, apresentou como objetivo, incorporar diretrizes políticas, contidas no relatório da "Comissão de Alto Nível", quando trata da qualidade da graduação e do desempenho universitário.

Também o PNU recomendava uma supervisão ministerial<sup>25</sup> da extensão com o objetivo de incentivar, promover, orientar e acompanhar suas atividades dentro das IES, sob a forma de estender o conhecimento, buscando, assim, caracterizar aquilo que era essencial na renovação dos conteúdos de ensino.

Essas referências inseridas no governo da Nova República foram, mais tarde, consubstanciadas na criação de órgãos ligados à área da extensão: no MEC, o Departamento de Extensão e Graduação (DIEG), ligado ao Departamento de Política de Ensino Superior (DEPES) da Secretaria de Educação Superior (SESu), o Comitê Assessor e a Comissão de Extensão a nível do MEC, a implementação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas e do Programa de Fomento à Extensão Universitária.

A extensão no programa PNU, recebeu contornos de função avaliativa dos cursos das instituições de ensino superior, não colocando porém, de forma explícita a sua vinculação com a pesquisa.

Ainda no MEC, em 1986, foi criado o Grupo Executivo para Reformulação do Ensino Superior - GERES -<sup>26</sup>, com vistas a dar

---

<sup>25</sup>Como forma de supervisão, acompanhamento e controle, o SESu sugeriu: reuniões regionais de Pró-Reitores de Graduação e Extensão, objetivando a discussão e avaliação das atividades de extensão, como prática de ensino e intercâmbio de experiências. Para a seleção de projetos de extensão financiáveis, seriam destacados aqueles que faziam parte de um programa institucional e que tivessem os objetivos educacionais colocados de modo predominante sobre os de natureza assistencialista ou de prestação de serviços. Seriam escolhidos aqueles projetos que, em nível de conteúdo e de metodologia, buscassem a transformação social, pressuposto básico defendido pelo movimento docente. Vale ressaltar que o PNU abriu para a extensão a possibilidade de se constituir em um instrumento de avaliação dos cursos oferecidos pelas IES, sem contudo, associá-la à pesquisa. Entendida como uma metodologia ativa e dinâmica para a compreensão das transformações sociais, foi vista na forma de atualização dos estágios, portanto, como função avaliativa das IES, buscando ultrapassar o nível retórico dos discursos oficiais.

<sup>26</sup>O "Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior", GERES, centrou-se apenas no âmbito federal da educação superior e se pautou nas discussões sobre a autonomia universitária das IES federais, discussões amplamente realizadas sobre as políticas do governo, no início da década. Este grupo de estudo traduz um momento histórico na trajetória de promover a reestruturação da universidade a qualquer custo. Para maiores detalhes sobre o GERES ver: CRUB, **Estudos e Debates**, 15 e VIEIRA, 1990.

segmento às diretrizes políticas do documento da reforma, viabilizando uma proposta operacional.

O Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior definiu, no relatório, a Universidade em duas dimensões: a pesquisa científica, considerada como atividade-fim, e a Universidade do conhecimento, baseada no desempenho acadêmico e científico.

Em relação à Universidade do conhecimento, o relatório deixa transparecer que as atividades de pesquisa e extensão estariam submetidas aos órgãos financiadores.<sup>27</sup>

A extinção da indissociabilidade entre ensino e pesquisa prevista na lei 5.540/68,<sup>28</sup> está presente no anteprojeto do GERES.

Tentando uma conclusão, pode-se dizer que a autonomia foi proposta como um critério definidor de uma Universidade. Essa questão, vista na forma de autonomia acadêmica, necessariamente se articulava a uma autonomia financeira. Fica explícito que, quanto mais recursos, maior autonomia, e quanto menos, menor seria a autonomia acadêmica.

Em função da dimensão social, estando sempre vinculada às atividades extensionistas, neste momento, foi vista na forma de controle social, via avaliação de desempenho. Na proposta do GERES explicita-se que este mecanismo avaliativo aconteceria sem inviabilizar sua interação com as legítimas necessidades da sociedade, preocupando-se com as “flutuações imediatistas” o que significaria não priorizar o

---

<sup>27</sup>Esta visão opõe-se à proposta da ANDES, para a qual as “atividades são meios ditados não pelo desempenho acadêmico dos agentes, mas, pelo seu grau de compromisso político-ideológico com as forças populares. In: Grupo executivo para a Reformulação da Educação Superior- GERES. Relatório e Anteprojeto de Lei. **Estudos e Debates**, Brasília/DF, n° 13, p. 34, 1986.

<sup>28</sup>No art. 2° da Lei 5.540/68 é dito: “o ensino superior indissociável da pesquisa será ministrado em universidade e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituição de direito público e privado”.



compromisso político com as classes populares. Na ótica do GERES, estes indicativos caracterizariam uma Universidade alinhada, moderna e não simplesmente a Universidade do Conhecimento.

No que trata da avaliação do desempenho, a extensão volta a ser utilizada sob o ponto de vista de vendas de serviços, justificando, de certa forma, a desigual distribuição dos recursos às diferentes instituições. Portanto, quanto mais a Universidade se voltava ao mercado, maiores seriam os recursos financeiros. Assim, o projeto GERES, ao privilegiar algumas Universidades (centros de excelência), reconhecia na extensão um veículo de produtividade, assumindo que a Universidade deveria produzir conhecimentos para um contingente capaz de pagar a colocação da visão de Universidade - Empresa.<sup>29</sup>

A bandeira de luta do movimento docente pode ser descrita na forma de consolidação dos processos de democratização no interior das IES, modificações na estrutura de poder das Universidades, via nova forma de eleição para dirigentes, indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na tentativa de implementação da proposta frente aos projetos de reestruturação do governo, na década de 80, as associações, ANDES, UNE e FASUBRA, através de seminários, congressos, encontros, se reuniram a fim de apresentar propostas para elaboração final do documento sobre a reestruturação da Universidade cujas conclusões foram: o período pós-85 se define por apresentar um

---

<sup>29</sup>Eunice Durham, coloca em seu artigo: "A universidade e as demandas da sociedade" que o benefício da universidade para a população em decorrência do saber por ela produzido, é indireto, a longo prazo. Atribui à extensão o papel de "divulgação, generalizando o acesso a esse saber, na medida em que ele possa ser instrumentalizado pelos diferentes grupos e setores de classes empenhados na transformação da sociedade". Coloca, entretanto, que as demandas sociais estão concentradas no atendimento aos interesses dos dominantes, e àqueles setores médios que se encontram em ascensão". In: CRUB. **Educação Brasileira**. Brasília/DF. n° 17. 1. sem., 1986, p. 24.

momento que busca enfatizar a importância da extensão no bojo de uma política definida. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão insere-se em meio à luta pela isonomia salarial nas fundações federais, movimento que radicalmente se contrapôs ao delineamento presente nas propostas do governo. No entanto, as forças políticas, a partir de então, redimensionam uma proposta viabilizadora da inserção da indissociabilidade e forçam a sua presença como princípio constitucional, em 1988.

As preocupações e os problemas das Universidades foram sendo postos e, por ocasião do IV CONAD, realizado em 1982, discutiu-se, em primeira instância, a questão do reajuste salarial em bases variáveis e a carreira de magistério, balizadas pelo documento da ANDES, onde era proposta a defesa da unicidade, a isonomia salarial e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Já em 1984, com a realização do IX CONAD, ficou fechado que as fundações se aliarão às propostas das autarquias em relação ao financiamento e à democratização, tendo em vista já o grande avanço do movimento com relação à unificação da carreira de magistério nas fundações, ao mesmo tempo em que o MEC estava propondo uma equiparação salarial, o que foi veementemente contestado pelo movimento docente.

Nesta direção, em 1985, criou-se uma Comissão de Carreira<sup>30</sup>, tendo por objetivo o estudo para uma proposta de carreira única nas fundações, tida como indispensável para a efetivação de um projeto de carreira única para o magistério superior, atendendo às deliberações do IV Congresso Nacional de Vitória/ES.

---

<sup>30</sup>Essa "Comissão de Carreira" foi formada com representantes das AD's do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Sergipe, Viçosa (responsável pelos trabalhos de coordenação), um diretor da ANDES.

Essa luta resultou em uma greve geral de docentes e funcionários das fundações vinculadas ao MEC. Como resultado, foi elaborado o Parecer nº 742/85 que fixou “as diretrizes básicas que deverão orientar a elaboração e atualização dos Planos e Cargos e Salários e de benefícios e Vantagens das Fundações educacionais”.

Ainda o Parecer delimita: “A estrutura da carreira do magistério superior deverá observar o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão”. Pelo exposto, pode ser percebido que o documento procurou resgatar os princípios balizadores do movimento docente, cujas diretrizes se voltavam para a exigência do concurso público necessário ao ingresso nas classes iniciais e finais, promoção via titulação ligada ao mérito funcional. A avaliação em função do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão, portanto, caracteriza a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Pode-se perceber que, oficialmente, este parecer vem institucionalizar o princípio da indissociabilidade entre as três funções básicas nas IES.

O conceito de Universidade vem sendo empregado pelo Movimento Docente, compreendendo todas as Instituições de Ensino Superior. Sejam elas Universidades, faculdades ou instituições isoladas, para as quais é estabelecido o padrão unitário de qualidade, a partir da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. A concepção de Universidade atrela-se a um espaço capaz de gerar transformações concretas e comprometidas com os interesses majoritários da população brasileira. Nesse sentido, existe a preocupação com um redirecionamento da extensão no bojo do conjunto de fatores que concorreram no processo de reestruturação das IES.

A última década foi rica em relação à formulação de propostas políticas<sup>31</sup> do movimento docente em referência à redemocratização das Universidades.

Assim, tudo faz crer que a institucionalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se mostra como expressão de conquista de uma luta global do movimento docente. A unificação da carreira docente nas fundações, a isonomia salarial e o Plano de Carreira entre as IES (este já firmado desde 1987) podem ser percebidos dentre outros, como elementos suscitadores de uma vontade política no interior das Universidades para uma reestruturação das atividades de extensão. Estava posta, a necessidade de uma nova reorientação face à nova reestruturação das próprias Universidades. Foram delineamentos que surgiram no embate com as propostas oficiais, procurando ajustar a Universidade mais próxima à população.

O ganho político visto na forma de eleição dos dirigentes universitários, na redefinição da política global das Universidades, a preocupação com a qualificação profissional, a nova compreensão da pesquisa, do ensino, do currículo, a legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fazem parte de uma outra configuração de Universidade.

A partir desse novo momento, muitas iniciativas foram surgindo em muitas Universidades Brasileiras, procurando cada uma consolidar novas diretrizes e, especificamente a extensão passa a ser trabalhada no sentido da superação do caráter assistencialista, da difusão cultural e da mera transmissão do conhecimento.

---

<sup>31</sup>Em 1987, foi aprovada a "Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte" no IV Congresso (Goiania, janeiro de 1987) e I Congresso Extraordinário da ANDES (Rio de Janeiro, maio de 1987). No período Constituinte foram iniciados os estudos e discussões sobre uma proposta de Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) que contemplasse os princípios e concepções da ANDES, chegando à aprovação do projeto completo da ANDES-SN

## Referência Bibliográfica

- ANDES, Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES**, Juiz de Fora, n. 2, julho, 1986, 3. ed. revisada.
- BAIBICH, Tania Maria. Perfil nacional da extensão universitária nas universidades públicas brasileiras. **Cadernos de Extensão**, Curitiba, v. 1, n. 1, out., 1995
- BRASIL/MEC/DAU. **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**. Brasília, 1976. (mimeo)
- BRUN, A. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Qual Universidade?** São Paulo: Cortez, 1989.
- FAGUNDES, José. A função social da universidade medida pela Extensão. Ed. Brasileira, Brasília, v.7, n. 17, **Revista CRUB**, Brasília, 1987.
- FERREIRA, José Carlos. Ensino, pesquisa e extensão no contexto da sociedade: notas para um debate. **Educação Brasileira**, Brasília, Ano V, n. 11, p. 59-80, jul/dez., 1983.
- GARCIA, Pedro Benjamin. **Educação: modernização ou independência**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GARRAFA, V. (org). **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania. Relatório de Atividades: 1987-1988**. Brasília, UnB, 1989.
- MEC/SESu. **Nova Universidade: Programa de apoio à Educação Superior**. Brasília, 1985.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA. **Plano de trabalho de extensão Universitária**. Brasília: CODAE/DAU, 1975.

PEREIRA, Luiz. Subdesenvolvimento e desenvolvimento. In: PEREIRA, Luiz (org). **Subdesenvolvimento e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

REIS, Renato Hilário dos. **A institucionalização da Extensão**. Texto apresentado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão. Brasília, UnB, 1987.

ROCHA, Ronai Pires da. **O mal estar na Extensão Universitária**. Texto apresentado no III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, Belém, 1989.

SILVEIRA, Nádía Dumara Ruiz. **Universidade Brasileira: a intenção da extensão**. São Paulo: Loyola, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão. **Extensão saber e compromisso social. Relatório de Atividades 1987-1991**. Maceió, 1991.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Universidade Federal nos anos 80: o jogo da política educacional**. São Paulo, PUC, 1990. (Tese de Doutorado)

\_\_\_\_\_. **O discurso sobre a universidade nos anos 80**. *Educação Brasileira*, n. 26, p. 147-53, jan./jul. 1991.